

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	1
Título: Projeto tenta destravar venda da Eletrobrás	1
Título: BNDES melhora linha de crédito a caminhoneiros	3
Título: MG começa preparar venda da Cemig	4
Título: Privatização de elétricas no RS inicia com acordo	5
Título: O pé na jaca do Senado.....	5
Título: broadcast de olho nas ações.....	7
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	8
Título: O fantasma do 'shutdown'	8

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 17/08/2019

Seção: Economia

Autor: Anne Warth BRASÍLIA

Título: Projeto tenta destravar venda da Eletrobrás

MP que trata de aporte bilionário para a empresa perde validade no dia 21, e governo deve apresentar um novo projeto de lei com esse tema

O governo deve apresentar ao Congresso na próxima semana o projeto de lei que prevê a privatização da Eletrobrás. A proposta, segundo apurou o "Estadão/Broadcast", deve conter os mesmos itens que estavam na Medida Provisória 879, que não foi votada pela Câmara e perderá validade na próxima quarta-feira. O principal deles é o aporte de até R\$ 3,5 bilhões da União à companhia, previsto para ocorrer até 2021. Esses recursos serão usados para cobrir dívidas das seis distribuidoras vendidas em 2018 – débitos que foram assumidos pela Eletrobrás.

O governo ainda não definiu qual será a estratégia para apresentar a proposta à Câmara dos Deputados. Uma das possibilidades é simplesmente o envio de um novo projeto de lei ao Congresso. A outra precisa do apoio do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ): recriar a comissão especial do projeto de lei de privatização da Eletrobrás enviado ao Congresso pelo governo Michel Temer. Nesse caso, um deputado assumiria a relatoria e adotaria o novo projeto, do governo Jair Bolsonaro, apresentando-o na forma de um substitutivo.

A avaliação do governo é que, com a aprovação, pela Câmara, da reforma da Previdência, a Casa fica com a agenda mais livre para apreciar outras propostas de interesse do Executivo. Maia, no entanto, já sinalizou que a privatização da estatal é um projeto que teria tramitação difícil no Parlamento. Na avaliação dele, a venda da companhia é algo que se caracteriza como pauta de governo, e não de Estado.

A pressa em apresentar o projeto ganhou força com a iminência da caducidade da MP 879, o que deixará a Eletrobrás em dificuldades, já que o aporte de até R\$ 3,5 bilhões serve como garantia para o pagamento de dívidas das antigas concessionárias da empresa na Região Norte com a BR Distribuidora – que foram absorvidas pela holding para facilitar a operação. Com a queda da MP, em tese, a Eletrobrás teria de encontrar uma nova garantia para o pagamento dessas dívidas já a partir do dia 22. Por isso é que está sendo estudada a hipótese de se usar o projeto de lei de privatização da companhia, que já está praticamente pronto, como veículo para acelerar esse aporte.

Novo projeto. O projeto de lei de privatização da Eletrobrás do governo Bolsonaro é muito semelhante ao apresentado no governo Temer. A proposta antiga previa um aumento de capital, por meio do qual a União reduziria sua participação na estatal, atualmente em 60%, para algo inferior a 50%.

O novo projeto prevê esse mesmo modelo e permite ainda a opção de se repassar o controle das subsidiárias Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul para

uma outra empresa do grupo Eletrobrás, a Eletropar, o que poderia facilitar, operacionalmente, a capitalização dessas subsidiárias – por não envolver as finanças da holding.

Em qualquer dos casos, a ideia é que a empresa se torne uma "corporation", com controle difuso no mercado. Mas a União poderia ter uma ação especial do tipo golden share, com direito a vetos em algumas decisões.

Esperança. Apesar de o governo já trabalhar em um novo projeto de lei, o presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Júnior, manifestou nesta semana a esperança de que a MP 879 seja votada no Congresso até o dia 21, sob o risco de afetar negativamente a empresa.

Ele lembrou que a MP visa a dar um prazo para que a União reembolse a Eletrobrás por compra de combustível para geração de energia até junho de 2017. Sem a MP, salienta o executivo, a estatal segue tendo um direto, por lei, do recurso, mas perde o prazo. Ele defende que a companhia precisa ter não só direito em relação ao valor a ser recebido, como uma perspectiva de recebimento. "Quero crer que a gente vai ter a MP 879 aprovada, tem um esforço muito grande para solucionar isso", concluiu. / COLABOROU LUCIANA COLLET

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 17/08/2019

Seção: Economia

Autor: Tânia Rabello / SÃO PAULO Vinicius Neder / RIO

Título: BNDES melhora linha de crédito a caminhoneiros

Em vigor desde maio, programa só teve um pedido de financiamento; com a mudança, limite de crédito subiu de R\$ 30 mil para R\$ 100 mil

Com menos de três meses de vigência, e com apenas um empréstimo aprovado desde o lançamento, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) melhorou as condições da linha BNDES Crédito Caminhoneiro, voltada para financiar custos de manutenção, que foi anunciada em abril como parte do conjunto de medidas do governo para evitar paralisações semelhantes às ocorridas em maio de 2018. O limite do valor do crédito subiu de R\$ 30 mil para R\$ 100 mil e o prazo dos empréstimos foi ampliado de dois anos e meio para cinco anos, com até 12 meses de carência.

A melhoria das condições inclui também a possibilidade de custear investimentos prévios. Isso porque poderão ser aceitos, para comprovar a aplicação dos recursos, documentos fiscais emitidos até 180 dias antes da data de pedido do empréstimo ao BNDES. As alterações nas condições do BNDES

Crédito Caminhoneiro passaram a valer na última terça-feira, 13. As operações são indiretas, ou seja, repassadas por bancos comerciais que operem com o BNDES – esses bancos ficam responsáveis pela aprovação do financiamento e pela exigência de garantias.

Segundo a assessoria de imprensa do BNDES, a única operação contratada na linha, no valor de R\$ 20 mil, foi feita no Paraná, como já havia noticiado a agência Reuters em julho. "O banco vinha recebendo informações dos clientes sobre dificuldade de acesso ao programa e, por essa razão, a nova gestão do BNDES implementou as alterações, a fim de tornar o programa mais atrativo", diz nota enviada ao Estado. Linha. O programa é voltado para caminhoneiros autônomos e cooperativas de transporte. A linha de crédito foi anunciada em abril e vigora desde 27 de maio. Os empréstimos podem ser pedidos até 26 de maio de 2020. O BNDES informou que destinaria R\$ 500 milhões para a linha de crédito.

Quando as condições de financiamento foram conhecidas, no fim de maio, representantes de associações de caminhoneiros e empresas do ramo de manutenção avaliaram, em entrevistas ao Estado, que o crédito do BNDES poderia dar um alívio, mas não resolveria a crise do setor. À época, o assessor de planejamento e desenvolvimento da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA), Marlon Maues, disse que o limite inicial de R\$ 30 mil por cliente era baixo, pois o gasto com manutenção de um caminhão usado (mais de cinco anos, veículo tipicamente dirigido pelos autônomos) pode chegar a R\$ 50 mil ao ano.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 17/08/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: MG começa preparar venda da Cemig

O governo de Minas Gerais está preparando um projeto de privatização de ativos que deve incluir a elétrica Cemig e pode ser enviado à Assembleia Legislativa na próxima semana, ou o mais tardar até o fim do mês. A ideia do governador é buscar a privatização integral da companhia, que tem negócios em geração, transmissão e distribuição de energia e é uma das maiores na área do Brasil. "O objetivo é privatizar tudo", afirmou Cledorvino Belini, presidente da empresa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 17/08/2019****Seção: Economia****Autor:****Título: Privatização de elétricas no RS inicia com acordo**

Foi dada a largada ontem no processo de privatização de duas empresas de energia elétrica do Rio Grande do Sul – de geração e transmissão (CEEE-GT) e de distribuição (CEEE-D) – com a assinatura entre o governo do Estado e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de um acordo para a estruturação da venda. O grupo CEEE é responsável pela geração de cerca de 18% da energia hidrelétrica no Estado e fornece eletricidade para cerca de 4 milhões de pessoas, 35,3% da população gaúcha.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 17/08/2019****Seção: Colunas****Autor: Adriana Fernandes****Título: O pé na jaca do Senado**

É perigoso demais para as finanças públicas o jogo que o Senado resolveu fazer para garantir a todo o custo mais recursos aos Estados empacando a reforma da Previdência. O cronograma de votação já foi atrasado diante da manobra dos senadores para vincular o andamento da votação da reforma à discussão de propostas de interesse dos governadores.

Os senadores dizem que não há operação tartaruga. Mas não é bem assim. Ela está em curso e a todo vapor. Uma articulação silenciosa foi acionada para mostrar os danos que a ampliação de transferências de receitas para os governos estaduais pode causar sem que sejam feitas com base em contrapartidas de medidas de ajuste fiscal.

Não dá para repetir o passado, quando mais receita nos cofres dos Estados serviu para incrementar gastos, principalmente de salários dos servidores, sem aumento de investimentos. Os dados mais recentes das finanças dos Estados, divulgados na quarta-feira, constataam a situação dramática das contas dos governos regionais. Para muitos economistas, um quadro pior do que a do próprio governo federal.

Os senadores se apoiam no discurso do ministro da Economia, Paulo Guedes, de lançamento da ideia de Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Pacto Federativo para discutir projetos que aumentam os repasses. Guedes propôs "menos Brasília e mais Brasil" e agora pena por causa do próprio discurso,

apesar dos alertas de economistas próximos de que esse movimento teria de ser feito com cautela.

De forma bastante inteligente, os senadores se apegaram à promessa do ministro para pedir mais dinheiro. Botaram tudo no mesmo bolo do pacto federativo – um conjunto de medidas para tirar as amarras do orçamento, incluindo a desindexação de despesas – que nada tem a ver com a irrigação de dinheiro fácil para os governos regionais sem medidas estruturantes.

A mais recente investida é patrocinada pelo relator da PEC do Orçamento impositivo, senador Cid Gomes (PDT-CE), que quer aumentar os valores a serem repassados para Estados e municípios com o megaleilão do petróleo, previsto para novembro, como antecipou o repórter do Estadão/Broadcast Daniel Weterman. Há uma articulação para que a divisão do bônus de assinatura do leilão ocorra antes do pagamento da dívida do governo com a Petrobrás. Com essa medida, o total de recursos destinados a governadores e prefeitos chegaria a quase R\$ 32 bilhões, R\$ 10 bilhões a mais do que prevê o governo e a proposta aprovada na Câmara.

O bônus seria todo do governo federal, mas acabou sendo diluído e repartido com governos estaduais muito além do que a equipe econômica imaginava com prejuízos para o ajuste do governo federal. Muitos técnicos da área econômica gostariam agora de falar: eu avisei que isso iria acontecer.

O problema é tão sério e urgente que a Instituição Fiscal Independente (IFI) do próprio Senado acabou disparando uma nova série de estudos para alertar que medidas estruturais para os Estados precisam integrar o debate do pacto federativo no Congresso. O diretor executivo do órgão, Felipe Salto, chamou a atenção para o movimento afirmando que é hora de "farol alto" e cautela para que a discussão do pacto federativo não se resuma a atendimento de pleitos por mais recursos, sem contrapartidas que ajudem a atacar o problema central, que é o crescimento dos gastos com pessoal e Previdência.

O debate do pacto no Senado também reabriu a discussão para propostas de rediscussão da Lei Kandir, reavivando pleitos antigos a respeito das compensações que se justificariam pelas desonerações das exportações e aumento do prazo para pagamento de precatórios judiciais.

Nada mais natural do que governadores de Estados quebrados queiram a todo custo buscar mais dinheiro para "salvarem" o seu mandato. Mas os senadores tentam confundir a ideia de pacto com esse movimento. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Quem melhor definiu esse processo em andamento foi o consultor legislativo Marcos Mendes, que hoje está no Insper.

Um dos autores da emenda do teto de gastos, Mendes advertiu que a ideia de pacto federativo de Guedes é muito diferente do que está sendo considerada no Congresso. Ele fez um alerta de que não dá para errar na discussão do pacto. "Podemos reproduzir o que aconteceu a partir de 2008 quando os Estados enfiaram o pé na jaca", disse. O Senado está contribuindo para que isso ocorra de novo. É preciso discutir o socorro. Ele é necessário. Mas com medidas de ajustes que venham para ficar.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 17/08/2019

Seção: Colunas

Autor: Renato Carvalho

Título: broadcast de olho nas ações

Analistas apostam em processadoras de carnes para o terceiro trimestre

O fim da temporada de balanços referentes ao segundo trimestre de 2019 direcionou muitas das mudanças nas carteiras de recomendações das corretoras para a próxima semana. Os analistas afirmam que, para o terceiro trimestre, alguns setores podem ter impacto da guerra comercial entre Estados Unidos e China, e de medidas para estimular a economia brasileira. Na visão de André Silva, analista da MyCap, os números do segundo trimestre trouxeram poucas surpresas. As maiores, segundo ele, vieram das companhias aéreas, por conta da saída da Avianca Brasil do mercado, e das processadoras de carnes, por conta do surto da peste suína africana.

"Passado o período, nos restará seguir o ambiente econômico, que a cada dia vem apresentando dados que alimentam os temores por uma recessão mundial. Há também as preocupações com a extensão dos conflitos comerciais entre China e EUA e as eleições na Argentina, que até o momento indicam uma grande mudança política e possivelmente econômica". Neste cenário, ele afirma que os setores de varejo, alimentos e grandes exportadoras ficam no radar, pois podem deslanchar no curto e médio prazo. Ele recomenda ainda ficar de olho nas estatais, por conta do movimento de privatizações. Pedro Galdi, da Mirae Asset, ressalta que no geral, os resultados de empresas voltadas para atender o mercado doméstico vieram prejudicados, exceto alguns casos influenciados por itens não operacionais.

"A condição de engessamento da economia e o grande número de inadimplentes são barreiras para o consumo, e isso apareceu nos balanços", explica. Para o terceiro trimestre, o analista aposta nas processadoras de carnes. Ele espera que JBS, Marfrig, Minerva e BRF apresentem bons resultados. A Mirae inclusive fez duas alterações na sua carteira para a próxima semana, e

uma delas, a entrada de B3 ON, foi baseada nos números do segundo trimestre. Segundo a corretora, o resultado foi bom e sem surpresas. A outra ação inserida nas recomendações foi Petrobrás PN, muito por conta da expectativa de mudanças na estrutura de capital da companhia, com continuação do processo de desinvestimentos. A Guide fez três mudanças para a próxima semana, com as entradas de Cemig PN, Banrisul PNB e Vale ON.

No caso da estatal mineira de energia, os analistas da corretora afirmam que a expectativa para os próximos dois anos é de melhora operacional e desalavancagem financeira com a gestão do governador Romeu Zema. A XP Investimentos fez duas alterações em sua carteira, com as saídas de EDP energias do Brasil ON e Vale ON, e as entradas de Copel PNB e JBS ON. Sobre a elétrica paranaense, os analistas destacam que a ação está muito descontada, e destacam as iniciativas tomadas para reduzir custos, potenciais ganhos com a venda da Copel Telecom e redução do endividamento.

A MyCap fez quatro mudanças, com as entradas de Eletrobras ON, CCR ON, Cosan ON e JHSF ON. O Modalmais fez duas alterações, inserindo Itaúsa PN e BRF ON. O Santander também fez duas mudanças em sua carteira, tirando Iguatemi ON e Vale ON, e as entradas de CPFL ON e JBS ON. A Nova Futura trocou toda a carteira, composta por Ambev ON, CVC ON, Hypera ON, IRB Brasil Re ON e SLC Agrícola ON.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/08/2019

Seção: Opinião

Autor: Julianna Sofia

Título: O fantasma do 'shutdown'

Brasília- Embora soasse disparatado, tão logo assumiu-se Posto Ipiranga, o ministro Paulo Guedes (Economia) prometeu zerar o déficit primário (exclui juros da dívida) das contas públicas ainda no primeiro ano de mandato de Jair Bolsonaro.

Passados oito meses, não foi que deu ruim —porque todos sabiam se tratar de promessa vã. Apesar dos bilhões esperados com o leilão de excedente do pré-sal, apesar de privatizações no setor elétrico, apesar de estupendos dividendos de estatais, apesar de tudo, para cumprir o feito seriam necessários R\$ 140 bilhões em receitas extras, além de uma recuperação econômica vigorosa para melhorar a arrecadação de tributos.

Mas a economia flerta comum a recessão técnica. Passada a fase mais difícil de aprovação no Legislativo, a reforma da Previdência —solução para todos os

males! — já foi precificada, mas os investimentos que poderiam estimular a economia não se concretizam. Haverá desconfiança dos donos do dinheiro enquanto durar o "freak show" diário de Bolsonaro nos portões do Alvorada.

No atoleiro fiscal, a receita patina enquanto a máquina administrativa afunda. Em vários setores, há risco de paralisia na prestação de serviços. Bolsas do CNPq foram suspensas e 84 mil pesquisadores podem ficar sem receber já em setembro. A emissão de passaportes na Polícia Federal será afetada se não forem desbloqueados R\$ 6 milhões do valor previsto para este ano. Construtoras do Minha Casa, Minha Vida reclamam de R\$ 470 milhões em atraso.

Desde 2014, todos os anos o fantasma do "shutdown" ronda a Esplanada em agosto. "Os ministros estão apavorados, estamos aqui tentando sobreviver no corrente ano. (...) Não é maldade da minha parte. Não tem dinheiro, só isso", disse o presidente.

O Orçamento de 2019 foi herdado de Michel Temer. O próximo será 100% de Bolsonaro. A má notícia é que as amarras do teto de gastos e o aumento das despesas obrigatórias comprimirão ainda mais o custeio e o investimento. A assombração voltará a aterrorizar em 2020

MME / ASCOM .